

# Jornalismo de proximidade: a cobertura noticiosa do Jornal do Centro aos incêndios de outubro de 2017 na região de Viseu (Portugal)

*Proximity journalism: Jornal do Centro's news coverage of the October 2017 fires in the Viseu region (Portugal)*

## Miguel Midões

CECS – Centro Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho | IPV – Escola Superior de Educação de Viseu | Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu | Portugal

 0000-0001-9492-9918 | mmidoes@esev.ipv.pt

## Ana Isabel Reis

Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, 4150-564 Porto | Portugal

 0000-0002-9335-4574 | areis@letras.up.pt

## Filipa Rodrigues Pereira

IPV – Escola Superior de Educação de Viseu | Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu | Portugal

 0000-0002-6728-5384 | filiparodrigues@esev.ipv.pt

## Raquel Torres Guerra

IPV – Escola Superior de Educação de Viseu | Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu | Portugal

 0009-0001-5693-7527 | raqueltorresguerra@gmail.com

Recepción 23/05/2024 · Aceptación 07/11/2024 · Publicación 15/04/2025

## Resumo

Portugal tem sido identificado como um dos países mais devastados pelos incêndios rurais. Na última década este fenómeno tem vindo a piorar, não só pela dimensão e brutalidade do fogo, mas também pelas consequências irreparáveis para as comunidades, levando sempre a um interesse especial por parte dos órgãos de comunicação social nacionais e também locais. Em situações de crise, como “grandes incêndios”, à semelhança dos *media* nacionais, também os *media* locais portugueses tendem a fazer uma cobertura negativa numa fase inicial. Em fase posterior, o teor é positivo ou neutro, apostando numa abordagem às medidas de precaução e defesa neste tipo de situações. Este estudo de caso descritivo e exploratório permite retirar evidências pertinentes acerca da rotina produtiva dos *media* locais em situações de crise, como é o caso dos incêndios rurais. Numa análise quantitativa a 24 edições do Jornal do Centro, de Viseu (Portugal), num total de 98 artigos, percebe-se o recurso frequente à notícia, ainda que de grandes dimensões, privilegiando a fonte única, por ser também em termos de rotina produtiva mais acessível e económico. A reportagem não assume expressividade, constatando-se um “jornalismo sentado”. Apesar de estar presente a voz do comum cidadão, são as fontes oficiais que detêm maior atenção, sobretudo as que estão ligadas ao poder local, como as autarquias, e também as fontes relacionadas com o comando dos bombeiros ou as associações humanitárias.

**Palavras-chave:** media locais, jornalismo de proximidade, incêndios, fontes de informação.

## Abstract

*Portugal has been identified as one of the countries most affected by rural fires. Year after year, thousands of hectares are burnt and in the last decade this phenomenon has been getting worse, not only because of the size and brutality of the fires, but also because of the irreparable consequences for communities, always leading to special interest on the part of the national and local media. In crisis situations, such as major fires, like the national media, local Portuguese media also tend to give a negative coverage initially. At a later stage, the content is positive or neutral, focusing on precautionary and defense measures in this type of situation. This descriptive and exploratory case study provides pertinent evidence about the production routine of the local media in crisis situations, such as rural fires. A quantitative analysis of 24 editions of Jornal do Centro, from Viseu (Portugal), with a total of 98 articles, shows that there is frequent choice to news, albeit large, favoring the single source, as this is also easier, more accessible and more economical in terms of production routine. There is not a great deal of reportage, which is "seated journalism". Although the voice of the citizens is existent in the newspaper's pages, it is the official sources that get the most attention, especially those linked to local government, such as local councils, and sources related to the fire brigade or humanitarian associations.*

**Keywords:** local media, proximity journalism, fires, information sources.

---

## 1. Introdução

O jornalismo de proximidade é sobretudo um conceito ibérico, assim denominado em Portugal e Espanha. Fora desta geografia, está muito associado ao jornalismo local ou comunitário. Na prática é o jornalismo que se realiza, de facto, no contexto de proximidade, abordando assuntos das comunidades locais, em contacto direto com as fontes de informação, que privilegia a reportagem como género e que foge à agenda mediática e à tematização imposta à rotina produtiva dos *media mainstream* pelas agendas política e económica das instituições sociais. Pelo contrário, o jornalismo de proximidade é reconhecido como o elo entre o cidadão e a comunidade, permitindo dar voz a públicos diferentes e marginalizados, veiculando informação do quotidiano do território em questão (Camponez, 2002), possibilitando inclusive o fortalecimento da democracia e o envolvimento cívico das comunidades locais.

Quando falamos de imprensa regional falamos de um território específico, no qual se insere determinado meio de comunicação social de âmbito local ou regional, associando a este contexto noções de pertença, de proximidade e de identidade.

A proximidade pode ser encarada como um valor estratégico e a imprensa regional deve seguir o ideal de ser a voz dos leitores, mostrando que é numa região, num concelho ou numa cidade que a proximidade se faz sentir de forma mais reforçada, e que é nos *media* locais e regionais que a dimensão da proximidade predomina como valor-notícia (Camponez, 2012).

Assim, associado ao conceito de proximidade está o conceito de comunidade, que depois se desdobra em território, quando se refere ao espaço geograficamente delimitado (comunidades geográficas), "uma dinâmica própria com especificidades, que desenvolvem relações de interdependência com os espaços nos quais se insere" (Dieng, 2013, p. 5) e em identidade, quando associado a valores, crenças, tradições ou especificidades de um determinado grupo de pessoas (comunidades imaginadas ou de interesses), criando inclusive um maior suporte social para os indivíduos que dela fazem parte (Midões, 2021). "A proximidade com a comunidade, o sentimento de pertença e de partilha são algumas das características que tornam este meio atrativo para os leitores" (Gonçalves, 2020, p. 94).

Nesta relação da comunidade com os *media*, Carlos Camponez (2002) aponta as especificidades que definem a imprensa regional, tais como a sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade em relação aos agentes e às instituições sociais locais, e o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local.

Neste contexto desenvolve-se um estudo de caso com o Jornal do Centro, em Viseu (Portugal), um órgão de comunicação social local, propriedade da Legenda Transparente, que tem quatro jornalistas com carteira profissional de jornalista, incluindo a sua diretora Sandra Rodrigues. Este jornal, criado em 2002, retomou as edições semanais em papel em 2024, depois de uma paragem de quase quatro anos e de uma aposta exclusivamente online.

Este estudo de caso único, descritivo e exploratório (Yin, 2003) analisa 24 edições do arquivo do Jornal do Centro, num total de 98 artigos, entre 20 de outubro de 2017 a 30 de março de 2018. Trata-se de uma análise quantitativa, que visa perceber a quantidade de artigos que este jornal local publicou sobre esta temática, fontes de informação, género jornalístico, e teor positivo, negativo ou neutro da informação.

Esta investigação surge no âmbito do projeto de investigação *Forest FM – Youth engagement in wildfire preparedness through participatory radio*<sup>1</sup>, que previu a criação de programas de rádio participativos, envolvendo estudantes da região de Viseu, afetada pelos incêndios de 2017, com vista ao desenvolvimento e debate do tema dos incêndios florestais, envolvendo as comunidades locais.

A intenção deste estudo é o de perceber como foram cobertos por este jornal os “grandes incêndios” de outubro de 2017, altura em que ainda mantinha a publicação em papel, que era distribuída pela comunidade, com 5300 exemplares repartidos por 263 bancas da região, e enviava 3500 exemplares para assinantes. Outro objetivo consiste em indagar a forma como a comunidade era ouvida enquanto fonte de informação, estava representada nos artigos, e se as notícias foram construídas tendo como princípio a prevenção de situações futuras idênticas e a transmissão de conhecimentos à população que permitissem precaver-se e proteger-se neste tipo de situações.

O flagelo dos incêndios florestais que assolaram a região Centro de Portugal no ano de 2017 trouxeram enormes desafios para as comunidades locais. A destruição da floresta, a perda de vidas humanas e de património fizeram despertar as diversas entidades locais para uma maior atenção e cuidado às populações, aos seus recursos e às suas próprias vidas.

O distrito de Viseu foi dos mais fustigados, o que fez mobilizar os seus diversos órgãos de comunicação social, no sentido de estarem próximos das populações para a divulgação das notícias, informações e dados considerados de interesse público sobre estes grandes incêndios.

Neste contexto, a comunicação social local procurou dar resposta à procura de conteúdos de informação que fossem ajudando as populações a perceber o que se tinha passado, o que estava a acontecer e tudo aquilo que poderia vir a ser feito ou implementado para mitigar as consequências desses incêndios.

1. Projeto financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (de Portugal) – PCIF/AGT/0087/2019.

Neste estudo, primeiramente desenvolve-se uma contextualização teórica, que se baseia na relevância do jornalismo de proximidade e na cobertura noticiosa que os *media* locais e regionais exerceram acerca dos incêndios, tendo como base o estudo de caso do Jornal do Centro e este acontecimento que marcou o Centro de Portugal em 2017, e que provocou 50 mortos, 17 dos quais na região de Viseu (concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão e Tondela).

## 2. A cobertura noticiosa dos incêndios nos meios locais e nacionais

No fim de semana de 15 e 16 de outubro de 2017 deflagraram vários incêndios nos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão e Tondela, no distrito de Viseu. Dezassete pessoas morreram. Mais de 80 por cento da área de floresta ardeu. Além de habitações e empresas, houve também prejuízos na agricultura e na agropecuária. Estes fogos aconteceram quatro meses depois dos de Pedrogão Grande e Góis (17 de junho 2017) que vitimaram 66 pessoas e consumiram, em sete dias e em 11 concelhos, cerca de 47 mil hectares.

Os incêndios de 2017 foram amplamente mediatizados num espaço de tempo alargado. A cobertura jornalística dos incêndios pode ser entendida como a cobertura de uma catástrofe tratando-se de uma situação complexa que afeta a comunidade de diferentes formas, dura várias horas ou dias, e em que se vivem situações dramáticas (Lyuba, 2013, p. 40).

Os incêndios de Pedrogão e de Viseu em 2017 foram acompanhados vários dias pelos *media* locais, regionais e nacionais, e nos meses seguintes pelas consequências que provocaram em diferentes planos: número de vítimas; prejuízos; demissões nos órgãos de poder; inquéritos e audições na Assembleia da República; processos judiciais; medidas de compensação e de reconstrução; relatórios técnicos; propostas, quer de prevenção quer de combate aos incêndios. Foram constituídas comissões técnicas para avaliar e propor orientações de atuação. Em dois dos relatórios apresentados são feitas referências à comunicação social, embora de forma vaga e em duas fases distintas: na prevenção e alerta, e durante o sinistro.

No relatório elaborado pela Comissão Técnica Independente (CTI) – “Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017”<sup>2</sup> – é proposta a revisão da estratégia nacional de prevenção, “convidando a comunicação social a desempenhar um papel pedagógico na área da prevenção e a montar um sistema de avisos automáticos e generalizados que permitam impedir ou, quando muito, reduzir o desproporcionado número de ignições que anualmente é registado”(p. 26).

A ligação aos *media* é, assim, integrada na prevenção e gestão da situação de incêndio e na ligação às populações locais. Nesse sentido, é recomendado que no processo de difusão da comunicação dos Avisos e Alertas sejam utilizadas as redes sociais, mensagens por telemóvel e os *media* – rádios e televisões – sem, no entanto, precisar ou distinguir os meios locais e nacionais e sem que sejam indicadas formas práticas desse envolvimento.

2. Relatório entregue pela CTI na Assembleia da República em outubro de 2017.

Por coincidência, o documento foi entregue no mesmo mês em que aconteceram os incêndios no distrito de Viseu que geraram um outro relatório: “Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal continental-Relatório Final”<sup>3</sup>. Nele, a Comissão Técnica Independente (CTI) refere “o papel da autoridade operacional” na gestão e divulgação da informação operacional de emergência em “fornecer, proactivamente, informação técnica e operacional, oportuna e precisa, aos órgãos de comunicação social e aos cidadãos” (p. 153), mas também reconhece que nem sempre a informação chega à população de forma que “os Avisos e demais informações cumpram o seu principal objetivo” (p. 235).

Não é claro, no entanto, o objetivo do fornecimento da informação nem em que momentos deve acontecer, se ao nível da prevenção, durante ou depois dos incêndios. O mesmo se aplica ao grau de envolvimento dos diferentes meios de comunicação (locais, regionais ou nacionais) e o papel que podem assumir em fases distintas dos planos de prevenção ou combate aos fogos rurais.

Ambos os documentos destacam a importância em comunicar informações com regularidade aos *media* durante os sinistros. A seleção, organização e difusão da informação pelas fontes oficiais é interpretada como uma forma de controlar o caos que advém de um elevado número de jornalistas que cobrem este tipo de acontecimentos ao mesmo tempo (Jímenez-Martínez, 2014, p. 1813), com autonomia na movimentação no terreno e sob pressão do tempo. Estes fatores foram evidentes nos incêndios de 2017. A cobertura jornalística assumiu uma dimensão emocional, e por vezes sensacionalista, o que originou tomadas de posição por parte dos órgãos reguladores.

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas divulgou uma nota<sup>4</sup> a 26 de junho de 2017, no decurso dos incêndios de Pedrógão Grande e Góis, em que alertava para a forma como os incêndios estavam a ser noticiados. O Conselho condenou os casos de exposição excessiva de dor das vítimas e a abordagem sensacionalista das notícias publicadas. Num “contexto de pressão emocional que pode afetar o seu distanciamento dos factos”, o mesmo documento lembrava a “particular responsabilidade jornalística e social” na cobertura noticiosa dos incêndios.

No rescaldo dos incêndios de 2017, a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, em Portugal, emitiu em julho de 2018 um Guia de Boas Práticas para a Cobertura Informativa de Incêndios Florestais e Outras Calamidades<sup>5</sup>. Entre outras coisas, o regulador sugere que se privilegie o recurso a fontes oficiais de informação, se evite a adjetivação e o uso de imagens sensíveis, que seja assegurada a privacidade dos envolvidos, e que o tratamento jornalístico de calamidades deve assegurar escrupulosamente os deveres de rigor, abstendo-se da formulação de juízos especulativos.

Estas orientações, válidas para todos os órgãos de comunicação social, não são vinculativas e demonstram a distância entre os jornalistas que cobrem os acontecimentos no terreno e os reguladores, o que dificulta consensos éticos (Silva et al., 2019, p. 82) ou outros.

Os jornalistas que trabalham no local do acontecimento são eles próprios testemunhas e têm acesso a uma profusão de fontes e de informações oficiais ou não. Ainda no decorrer dos eventos procuram-

3. Relatório entregue pela CTI na Assembleia da República em março de 2018.

4. Nota emitida a 26 de junho de 2017, Conselho Deontológico do SJ condena casos de exposição excessiva de dor nos incêndios de Pedrógão Grande e de Góis, <https://acortar.link/vSJ2NX>

5. Guia de Boas Práticas para a Cobertura Informativa de Incêndios Florestais e Outras Calamidades: <https://acortar.link/9GYkeP>

se causas e consequências que permitam uma visão menos imediata e mais contextual. Silva et al. (2019, p. 82) invocam Pinto & Sousa (2007) para caracterizar a cobertura mediática dos incêndios de Pedrogão: “estaba centrada mayoritariamente en ampliar, contextualizar y atribuir significado a un acontecimiento tan traumático”. Quando o acontecimento tem outro tipo de consequências e se alastra a outras dimensões, o valor-notícia desloca-se para outros planos, como o político, o social, o judicial, etc. “Actualmente, los desastres ya no pueden ser caracterizados como meros acontecimientos excepcionales, pues se han convertido en un elemento endémico de las sociedades contemporâneas” (Silva et al., 2019, p. 82).

Os estudos têm destacado igualmente o facto de a floresta ser apenas objeto de atenção mediática aquando da existência de incêndios florestais (Fabra-Crespo & Rojas-Briales, 2015). Em estudos anteriores foram objeto de análise dimensões como a atenção prestada aos bombeiros, às populações locais e as consequências dos incêndios, ou até em como ignora as mudanças climáticas (Cordner & Schwartz, 2018).

Os *media* locais e regionais têm uma visão micro enquanto os meios de âmbito nacional têm uma abordagem macro, embora ambos partilhem de uma perspetiva negativa sobre os incêndios florestais, conforme concluem vários estudos (Lyuba, 2013; Fabra-Crespo & Rojas-Briales, 2015; et al., 2018).

A cobertura noticiosa é quase sempre sensacionalista e centrada nas consequências negativas imediatas (Pereiro et al., 2018). A tendência geral é a dependência das fontes oficiais e relatos de testemunhas oculares sem que haja uma “contextualização adequada, em detrimento das fontes especializadas ou científicas”, (Pereiro et al., 2018, p. 201) que poderiam melhorar a contextualização dos acontecimentos. O tipo de abordagem reflete as fontes usadas, os autores concluem que os jornais nacionais usam mais fontes especializadas para explicar e contextualizar os incêndios e fontes oficiais do que os jornais locais. Todos os jornais, uns mais outros menos, se ficam nas histórias humanas com relatos na primeira pessoa, embora os de âmbito local enfatizem mais o sofrimento e usem uma linguagem mais dramática (2018, p. 209).

Neste tipo de cobertura jornalística, as fontes testemunhais abrem um espaço raro para “pessoas comuns” dirigirem críticas aos detentores do poder na sociedade (Pantti & Wahl-Jorgensen, 2011). Criticam e procuram responsáveis a quem atribuir culpas, uma busca que conta com a cumplicidade dos *media*. A repartição de ‘culpas’ e responsabilização tendem a ser políticas mais do que individuais: “they tend to turn to questions of collective and elite responsibility, rather than taking a more common – and depoliticising – approach of apportioning blame to individuals” (Pantti & Wahl-Jorgensen, 2011).

### 3. Jornalismo de proximidade e incêndios

O tratamento noticioso pode ser diferente consoante o âmbito do jornal, da televisão, da rádio, e do ciberjornal. Ao entender os desastres como eventos mediáticos, Jiménez-Martínez cita vários autores para concluir que este tipo de eventos, onde se incluem os fogos, “could actually have different characterizations and audience interpretations at local, national, and global levels” (2014, p. 1809). Fabra-Crespo & Rojas-Briales também partilham desta visão e justificam as diferentes perceções com a geografia em que cada comunidade vive: “The accelerated urbanization process of society has affected



social perceptions by dissolving the roots of the population. In urban societies, this process increases the perception of a complex reality as virtual and within a global dimension. That is very different for rural societies, which have a narrower local view and who do not need mass media to understand their world.” (2015, p. 2). A floresta integra a geografia em que as populações se movem, tem ligações estreitas com contextos sociais, económicos e culturais enraizados na história local. Ou seja, outro fator que pode contribuir para as diferentes coberturas é o posicionamento das comunidades locais em relação à floresta, mas também o significado que a floresta e o meio rural têm na vida das pessoas – leitores, ouvintes, telespectadores e utilizadores – a presença ou ausência no seu quotidiano, e a forma como percebem as causas e consequências dos incêndios florestais e rurais.

Esta perspetiva vai ao encontro do valor-notícia deste tipo de eventos que está muito centrado na dimensão humana. Os incêndios são um tipo de acontecimento em que as pessoas comuns têm maior visibilidade (Silva et al., 2019, p. 83), sobretudo nos meios locais e regionais: as histórias passadas nos lugares da sua vida diária com pessoas que lhes são familiares – *media* e audiência partilham pontos de referência e reconhecem-se na proximidade.

As pessoas continuam a recorrer aos *media* locais para obterem as informações que os meios nacionais não veiculam e que são de âmbito local, mas simultaneamente mais precisas: “A tendência mais comum é que os meios de comunicação locais e regionais tenham maior credibilidade para os leitores, na medida em que sua cobertura tende a ser mais precisa, pelo menos do ponto de vista geográfico” (Pereiro et al., 2018, p. 199).

A questão da credibilidade cruza-se com a da confiança. Os jornais locais surgem como promotores de confiança (Mercer & Prisbrey, 2004) nas autoridades e na forma como se combatem os incêndios.

Mervi Pantti & Wahl-Jorgensen (2011) estudaram a forma como jornais nacionais e locais trataram diversas tragédias na Grã-Bretanha ao longo de 50 anos. Concluíram que os jornais nacionais comunicaram as emoções predominantes da comunidade nacional, reproduzem o que as pessoas sentiram e contam histórias que despertam emoções. As críticas ao poder são fundamentadas e legitimadas pelos testemunhos e pelo sentimento público. A imprensa local estava mais focada em homenagear os mortos, em contar as histórias dos sobreviventes e em mobilizar a comunidade para as campanhas solidárias.

A cobertura jornalística dos incêndios em território português está ainda pouco estudada. Sobre os incêndios de outubro de 2017, que afetaram o norte de Portugal e a Galiza, em Espanha, Pereiro, Dominguez & Lozano (2018), analisam a forma como os *media* espanhóis e portugueses os noticiaram e concluem que há diferenças entre os jornais locais galegos e os nacionais, nomeadamente no enfoque mais centrado nas pessoas e no contexto local, e na divulgação de dados considerados privados:

el criterio de proximidad parece la justificación para la publicación de estos datos privados que, en cambio, no publican los diarios de cobertura nacional. Este mismo criterio, el de la información de proximidad, es también la explicación posible para que los medios españoles de cobertura nacional sean los únicos que no publican información “de servicio público práctica y que permite tomar decisiones importantes para la supervivencia”, tal y como recoge la sexta de las directrices de la ficha del presente análisis. El resto de los medios ofrece información útil para la supervivencia de las personas que están en las zonas afectadas por los incendios. Tal y

como recogían Morehouse & Sonnett (2010), los medios locales trasladan una información más precisa, al menos desde el punto de vista geográfico, que permite a las poblaciones conocer la ubicación de las zonas de peligro. (Pereiro et al., 2018, p. 209)

A mesma análise deteta um ponto comum: sejam locais, regionais ou nacionais, todos prestam um serviço público, ou seja, a imprensa “sigue cumpliendo una importante función de servicio público en situaciones de emergencia como los incendios” (Pereiro et al., 2018, p. 211).

#### **4. Cobertura noticiosa dos “grandes incêndios” de 2017: o estudo de caso do Jornal do Centro**

Esta pesquisa visa perceber a cobertura que os meios de comunicação locais e regionais realizaram aos “grandes incêndios” rurais no distrito de Viseu, em Portugal, em outubro de 2017, incidindo num estudo de caso com o Jornal do Centro.

Trata-se de um semanário, com sede em Viseu, que cobre a região das Beiras (25 concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões e ainda o concelho de Aguiar da Beira, no distrito da Guarda), com edição em papel e online, sendo que esta análise se foca na edição em papel, a começar na primeira publicação após o dia dos incêndios, estendendo-se até março de 2018, quando é divulgado o primeiro relatório da Comissão Técnica Independente.

Este estudo de caso único, descritivo e exploratório (Yin, 2003) pretende perceber a quantidade de artigos que este jornal local publicou sobre esta temática, o género jornalístico mais abordado, no sentido de tomar consciência da valorização, ou não, da reportagem e do contacto direto com a estória e com as fontes de informação, que serão também alvo de análise quanto à sua tipologia. Nesta pesquisa tentar-se-á ainda perceber o teor da informação, se positiva e focada em soluções, se negativa e focada no problema, ou neutra quando não se consegue aferir qualquer um dos teores anteriormente referidos, ou quando no mesmo artigo existe uma abordagem com teor positivo e outra com teor negativo, anulando-se mutuamente.

Para o seu desenvolvimento foram analisadas 24 edições do arquivo do Jornal do Centro, num total de 98 artigos relacionados com os incêndios e criada uma tabela de análise, com base em Midões & Martins (2020) para os géneros jornalísticos e Felisbela Lopes (2016) para as fontes de informação. Assim, para a análise aos géneros jornalísticos foram consideradas as seguintes categorias: artigo de opinião, breve, crónica, editorial, entrevista, infografia, notícia e reportagem. Já para a análise das fontes de informação foram consideradas as seguintes áreas temáticas: identificada, não identificada e anónima; humana – oficiais (quando ligadas ao poder central do Estado ou ao poder administrativo local), profissionais 1 (quando a fonte fala em representação de uma instituição ou entidade), profissionais 2 (quando a fonte presta declarações, mas em nome individual), não profissionais (quando a fonte de informação é usada sem relação com uma determinada profissão ou cargo); cidadãos; e outros – ou não humana (documentos, *media*, *web*, outros).

A análise efetuada ao conteúdo foi quantitativa, por via de apresentação de dados estatísticos simples. A ausência de metodologia qualitativa, como por exemplo entrevistas semiestruturadas, confere ao estudo um teor exploratório. Embora não tenha uma abordagem metodológica mista, o que limita a



generalização dos resultados obtidos com a pesquisa, a análise de conteúdo efetuada permitirá, ainda assim evidenciar a forma como um *medium* de proximidade faz a cobertura de um acontecimento de impacto significativo para a região em que está inserido.

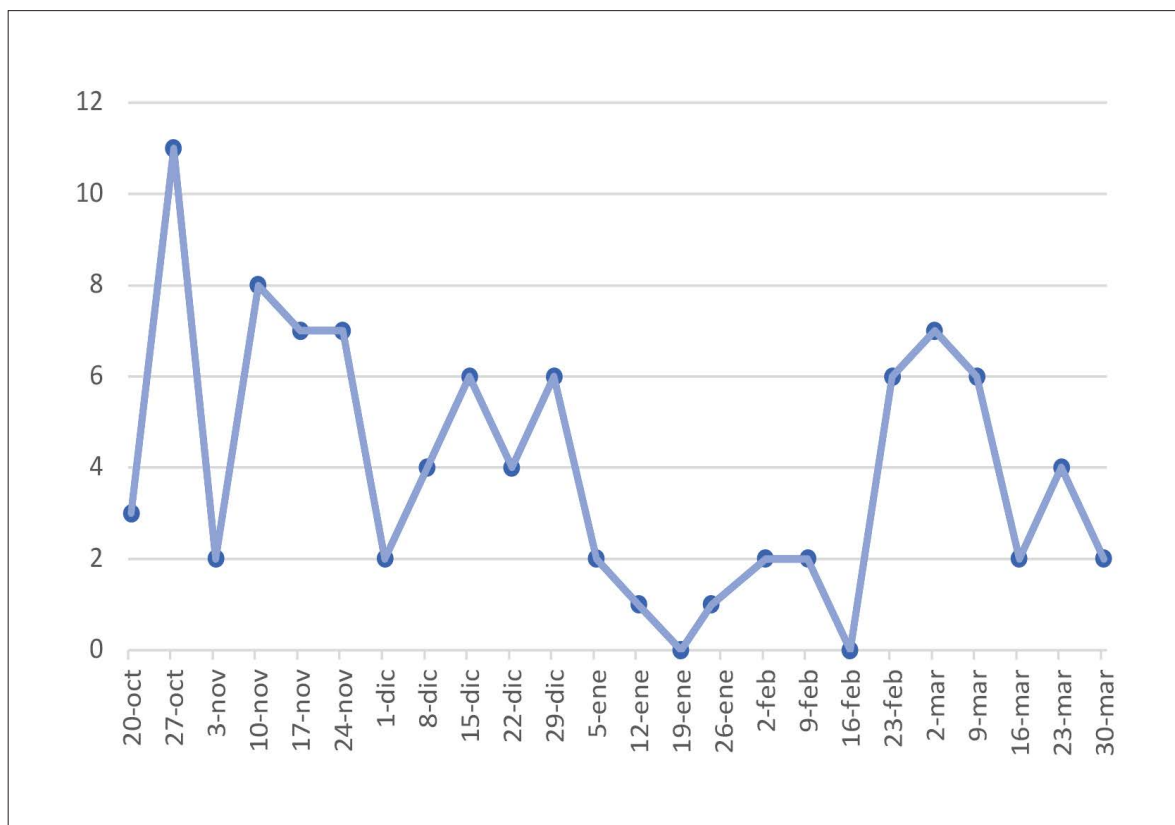
## 5. Apresentação de Resultados: fontes de informação, géneros jornalísticos e teor dos artigos

Num total de 24 edições, entre o dia 20 de outubro de 2017 e 30 de março de 2018, foram analisados 98 artigos relacionados com os “grandes incêndios” de 15 para 16 de outubro de 2017. Este enquadramento temporal foi selecionado tendo em conta a primeira edição do Jornal do Centro após esta catástrofe que assolou o Centro interior de Portugal, sobretudo o distrito de Viseu, e a publicação do primeiro relatório da comissão técnica de análise em março do ano seguinte.

Neste período, como se observa na Figura 1, há um pico inicial no número de artigos publicados, o que seria expectável para um jornal semanal localizado na principal cidade da região afetada pelos incêndios, que diminui ao longo do tempo, chegando a existir duas publicações sem qualquer artigo referente aos incêndios. No entanto, observa-se um novo pico, ainda que mais ténue, na publicação imediatamente a seguir à publicação do referido relatório da comissão técnica independente.

**Figura 1**

*Número de artigos no Jornal do Centro relacionados com os “grandes incêndios”*



Fonte. Elaboração própria.

Quando observadas estas 24 edições, percebe-se que por duas vezes existiu dedicação exclusiva das primeiras páginas a esta temática, primeiro na edição logo após os “grandes incêndios” (20 de outubro de 2017) e, depois, a 17 de novembro de 2017 (um mês após esses incêndios). O tema volta à primeira página do Jornal do Centro mais nove vezes, apenas uma vez em machete, três como destaque fotográfico e cinco como chamada de primeira página.

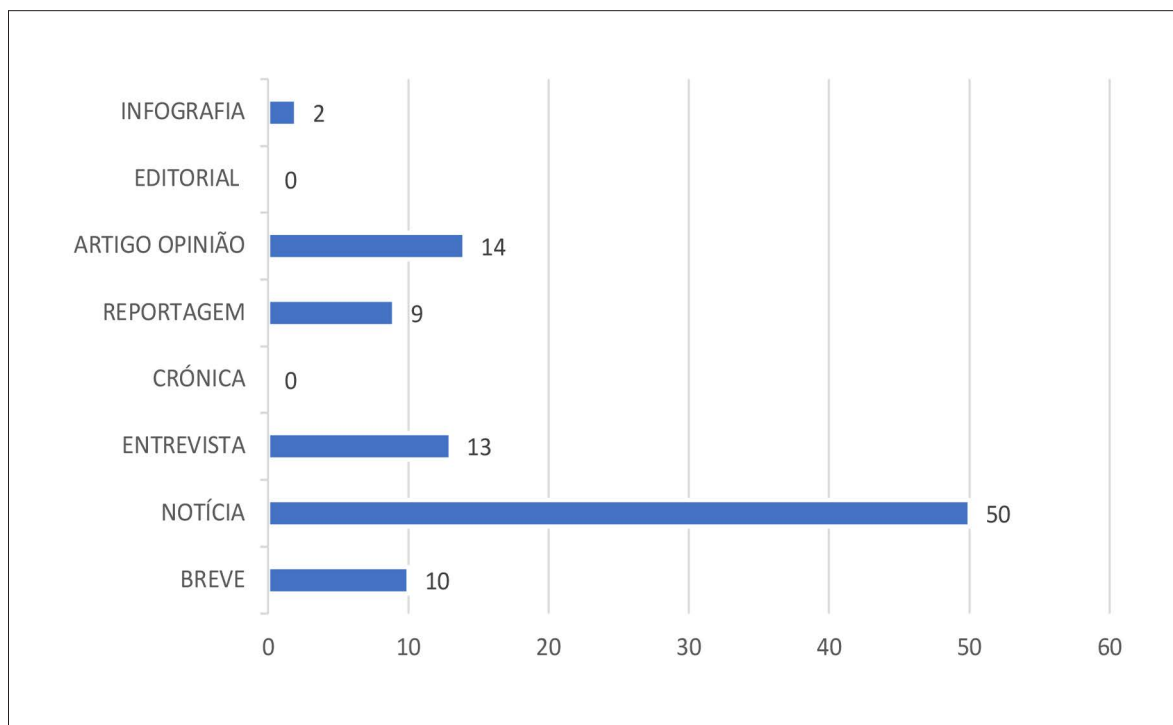
Em relação ao género jornalístico predominante nestes artigos, verifica-se que houve uma preponderância da notícia (n=50) sobre os demais, seguindo-se o artigo de opinião (n=14), a entrevista (N=13), a breve (n=10), e a reportagem (n=9). O recurso à infografia é pouco expressivo (n=2) e não houve, neste período, qualquer editorial ou crónica dedicado a esta temática dos incêndios que assolaram a região, como se verifica na Figura 2.

Na análise ao número de fontes de informação utilizadas como recurso para a obtenção de informações para escrever os artigos, os dados deixam perceber que, na sua maioria, foi usada apenas uma fonte de informação (n=51), o que parece natural tendo em conta os dados já apresentados anteriormente que mostram um recurso superior à notícia como forma de expor as informações aos leitores. No entanto, em 15 artigos foram utilizadas duas fontes de informação, em seis deles foram utilizadas três fontes de informação, o mesmo número de artigos que utilizaram cinco ou mais fontes.

Como mostra a Figura 3, podemos ainda observar que em sete casos os artigos foram escritos sem citar ou nomear qualquer fonte de informação.

**Figura 2**

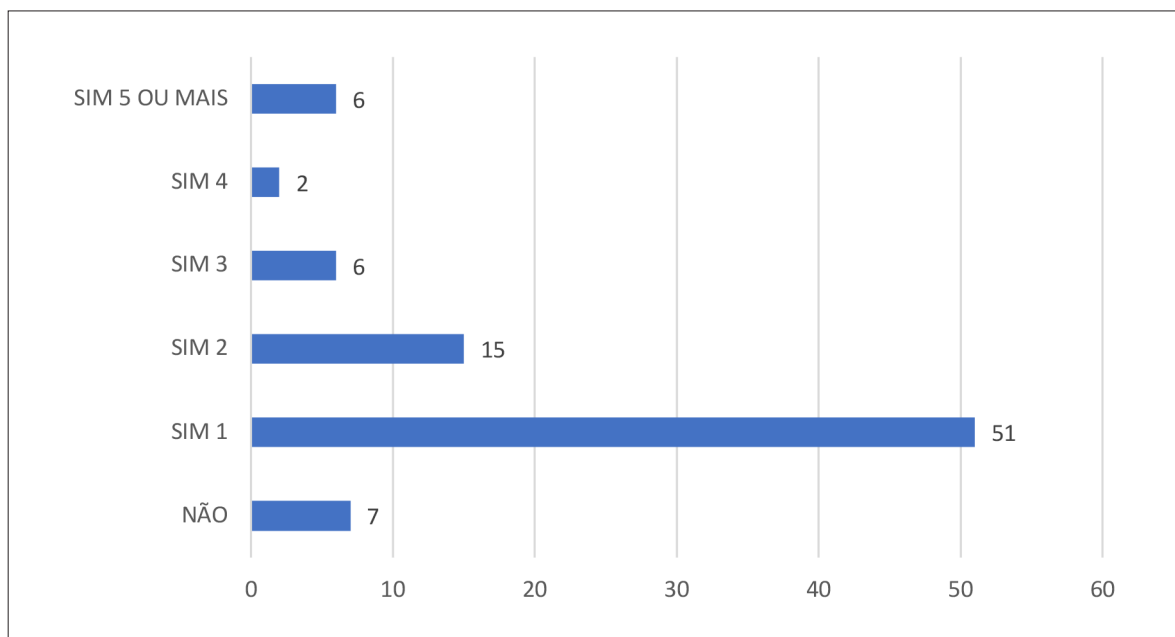
*Géneros Jornalísticos na temática dos incêndios de outubro de 2017*



Fonte. Elaboração própria.

**Figura 3**

*Quantidade de fontes de informação utilizadas em cada artigo*



*Fonte. Elaboração própria.*

Ainda no campo de análise às fontes de informação, quis perceber-se se estavam devidamente identificadas pelo órgão de comunicação social, se não estavam corretamente identificadas (quando faltou a referência ao nome ou ao cargo, à instituição que a fonte representava), ou ainda se a fonte era anónima. Quando devidamente identificada, a análise estendeu-se ao tipo de fonte utilizada: oficial (ligada ao poder central do Estado ou ao poder local representado pelas autarquias), Profissional 1 (quando representava uma instituição ou entidade, por exemplo corporações de bombeiros ou associações humanitárias), Profissional 2 (quando o profissional não fala em representação de uma entidade), não profissional (quando não existe associada à fonte uma ligação profissional, por exemplo quando se trata do representante de um movimento de apoio às vítimas dos incêndios), ou se se tratava de cidadãos comuns (por exemplo, habitantes das localidade afetadas).

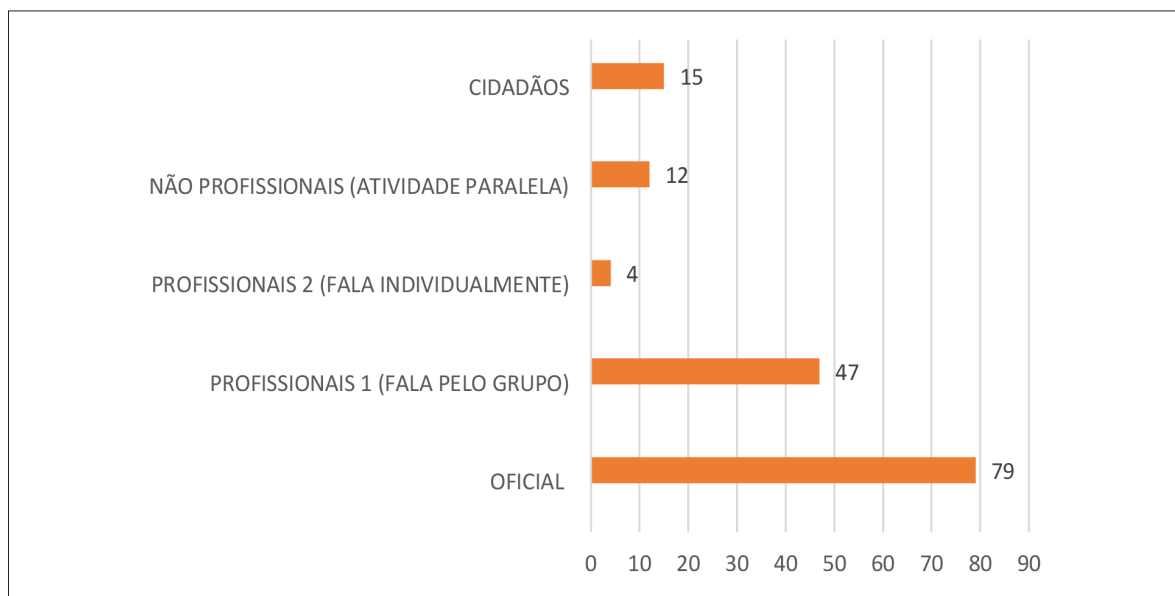
Os dados mostram que, no total de 158 fontes utilizadas nestes 98 artigos, em 89,2 % dos casos as fontes estavam devidamente identificadas (n=141), em 17 situações as fontes não estavam corretamente identificadas, não existindo qualquer artigo redigido com o recurso a fonte anónima.

Seguindo a análise às fontes, quanto ao seu estatuto, este estudo mostra que as fontes utilizadas pelo Jornal do Centro na abordagem aos “grandes incêndios” de outubro de 2017, são humanas (n=151) existindo um recurso diminuto a fontes não humanas (n=7), como documentos, web ou outros *media*.

Ademais, dentro do forte recurso a fontes humanas, como se observa na Figura 4, sublinha-se a utilização recorrente de fontes oficiais (n=79), seguidas da categoria Profissionais 1 (n=47). Outro dado interessante é a débil utilização do cidadão como fonte de informação, tendo acontecido em 15 casos, o que se justifica com a diminuta utilização do género reportagem e as poucas deslocações ao terreno. Só em 9,5 % dos artigos publicados é que surge a voz do cidadão comum a relatar os acontecimentos, como contraponto às fontes oficiais que são mais de 50 %.

**Figura 4**

*Distribuição das fontes de informação humanas*



*Fonte. Elaboração própria.*

Dentro da categoria das fontes oficiais observa-se, através do Figura 5, o uso recorrente de fontes ligadas às autarquias locais, nomeadamente presidentes de câmara e vereadores, muito embora também surjam (com menos expressão) fontes oficiais ligadas ao Estado central, sobretudo ministros que visitaram o território ou prestaram declarações acerca do assunto, ou da CCDRC – Comissão para a Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

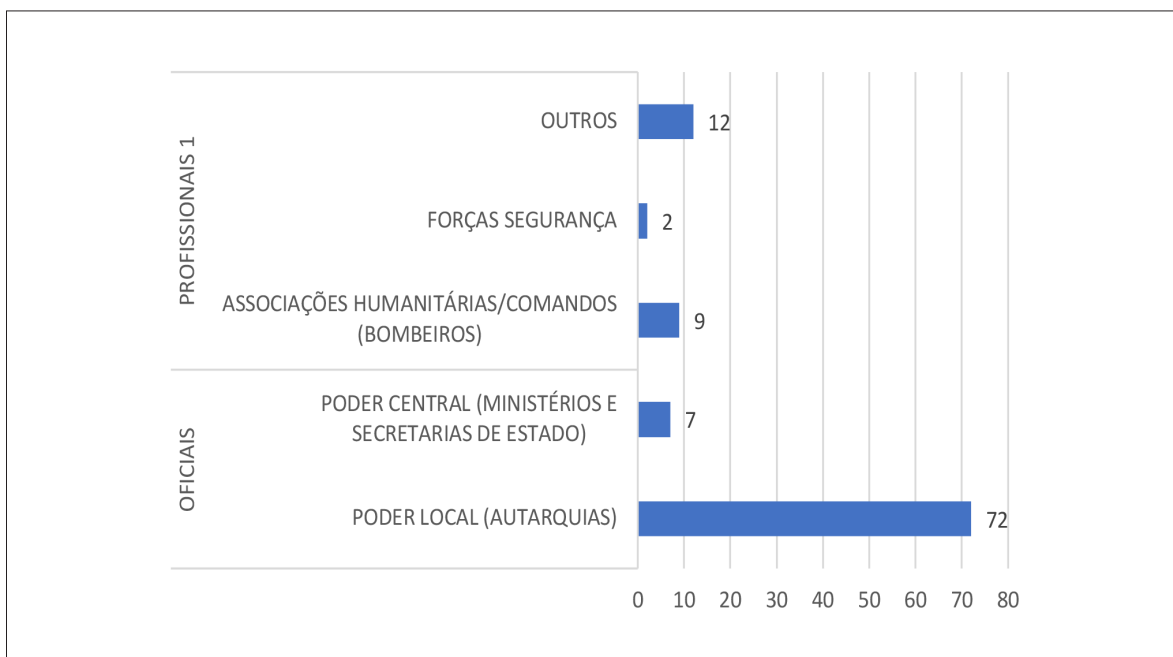
Já na categoria de Profissionais 1, as fontes usadas estão ligadas aos bombeiros voluntários, nomeadamente comandantes das corporações, presidentes das associações humanitárias ou da federação distrital de bombeiros, e nas fontes não profissionais encontram-se em destaque as associações de apoio às vítimas dos incêndios, que foram criadas nas semanas seguintes à catástrofe para apoiar os desalojados e as famílias das vítimas mortais.

Outro aspeto em análise era o teor com que os artigos foram redigidos. Estes dados mostram que numa fase inicial de abordagem aos incêndios rurais, o teor tende a ser negativo, focando-se na catástrofe, na tragédia e nas consequências negativas para a vida das pessoas e do meio ambiente. Contudo, nos outros dois picos informativos, que ocorreram ao longo do período em análise, observando o Figura 6, percebe-se que prevalecem artigos de teor positivo, abordando assuntos como a reflorestação das áreas ardidas, a criação de brigadas locais de sapadores, ações de prevenção ou iniciativas para a angariação de fundos, com vista ao auxílio de famílias e/ou empresas afetadas pelos incêndios.

Por último, a análise versou ainda perceber a distribuição da cobertura noticiosa no terreno, nomeadamente no distrito de Viseu. Os dados mostram que, como era expectável, há uma maior cobertura de notícias de âmbito local, mais de 80 % dos casos, seguindo-se, ainda que em considerável menor número, as notícias de carácter regional (11,3 %). Como se verifica no Figura 7, as publicações de âmbito nacional foram escassas (6,8 %), tendo existido apenas um artigo que se enquadra na categoria de internacional.

**Figura 5**

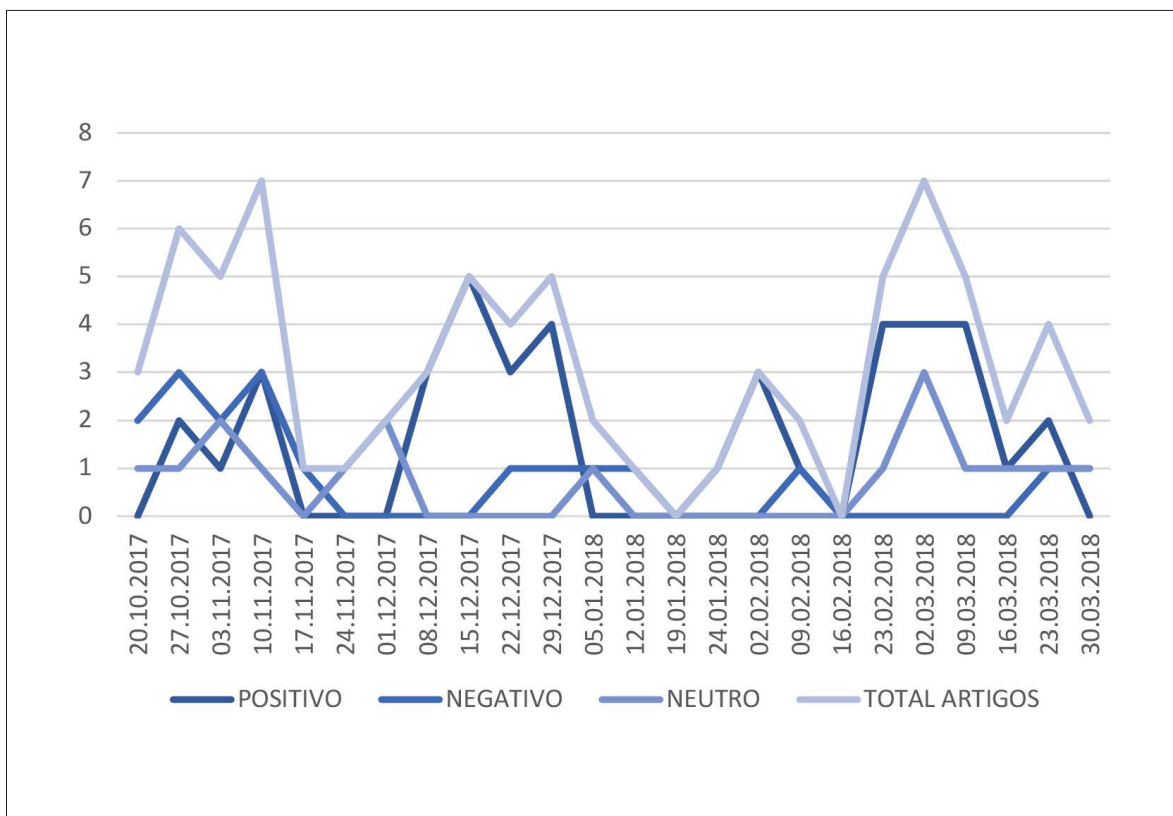
Distribuição das fontes oficiais e das fontes profissionais 1



Fonte. Elaboração Própria.

**Figura 6**

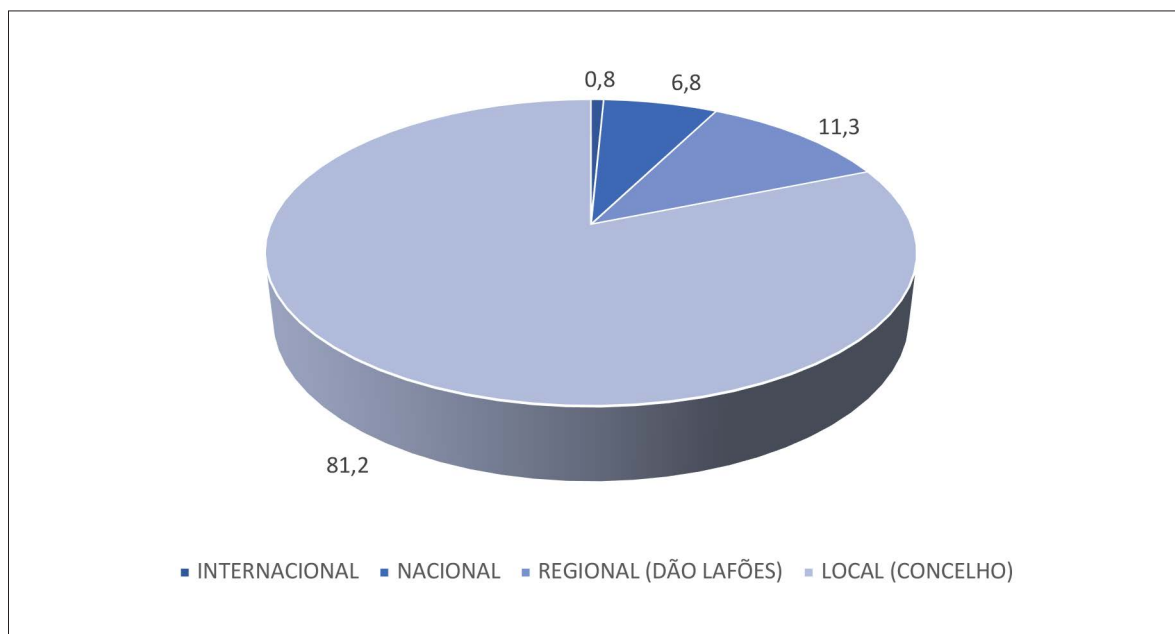
Teor dos artigos publicados acerca dos “grandes incêndios” de outubro 2017



Fonte. Elaboração própria.

**Figura 7**

Âmbito dos artigos publicados no Jornal do Centro entre outubro e março



Fonte. Elaboração própria.

Uma vez que já seria expectável que a cobertura deste acontecimento acontecesse mais a nível local, tendo em conta que o objeto de estudo se trata de um órgão de comunicação social local e regional, quis perceber-se também qual a abrangência do jornal em termos territoriais, ou seja, quis analisar-se as localidades cobertas pelo serviço noticioso em relação a esta temática dos incêndios.

Assim, como se observa no Figura 8, os dados mostram que os concelhos mais afetados pelos “grandes incêndios”, de 15 para 16 de outubro de 2017, foram também os mais visados em termos noticiosos, nomeadamente os concelhos mais a sul e a oeste do distrito de Viseu: Vouzela, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela, Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua e Nelas. Ainda que os incêndios pouco tenham afetado o concelho de Viseu, uma vez que se trata do município mais central do distrito e localidade sede do meio de comunicação em análise, este concelho também é dos mais visados nos artigos.

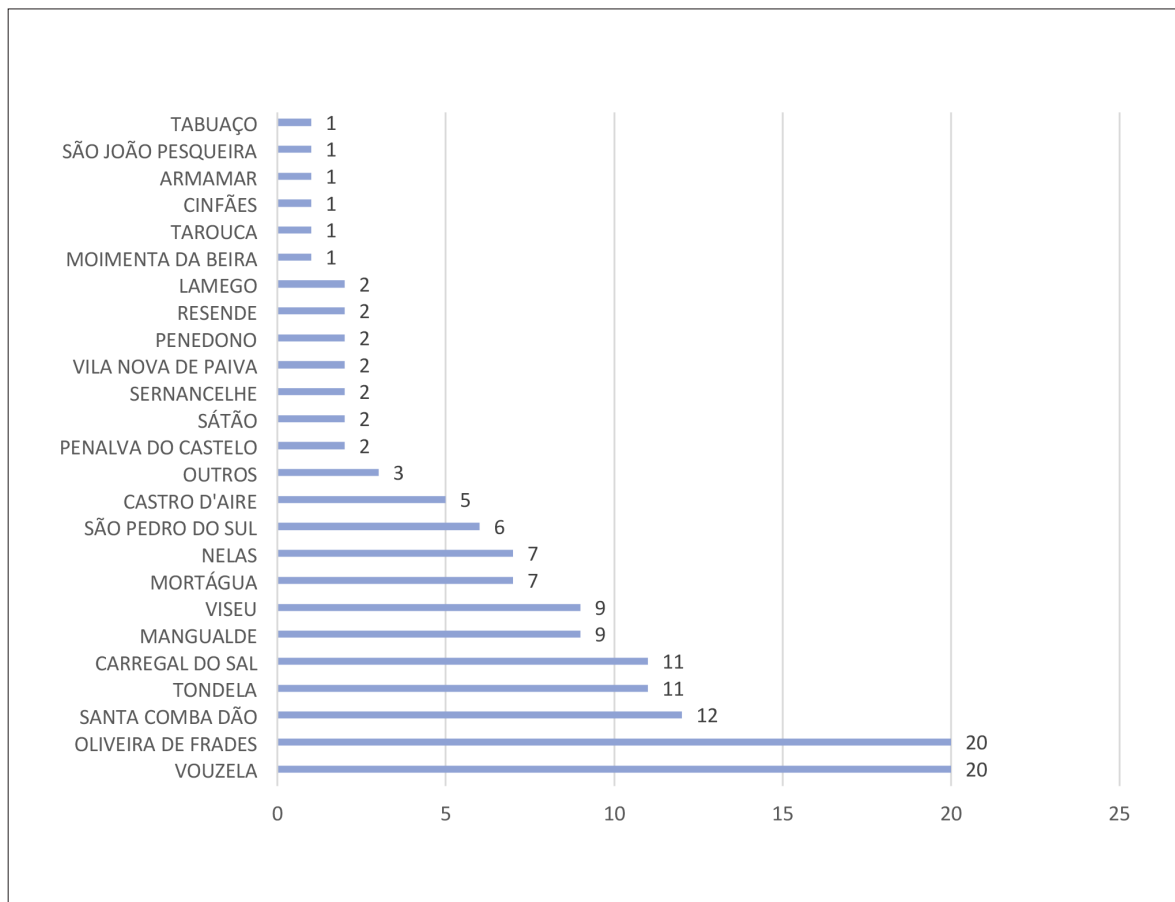
Os concelhos a Norte e Nordeste do distrito de Viseu, menos atingidos ou não atingidos sequer por estes incêndios, são abordados em menor quantidade pelos artigos do Jornal do Centro e quando acontece tende a ser com teor positivo, no sentido de aplicar no terreno medidas de ação preventivas, como campanhas de limpeza da floresta, constituição de equipas de proteção e socorro, entre outros.

De referir ainda que na categoria “Outros” foram identificados três artigos referentes ao concelho de Aguiar da Beira, que embora pertencendo ao distrito vizinho da Guarda, é alvo de cobertura noticiosa por parte do Jornal do Centro, como referido na introdução a este estudo de caso.



**Figura 8**

*Distribuição dos artigos pelos concelhos do distrito de Viseu*



Fonte. Elaboração própria.

## 6. Discussão de Resultados: ligação à comunidade marcada pelo uso de fontes oficiais

Da análise aos dados apurados é possível afirmar a importância que o jornal do Centro deu à cobertura jornalística dos “grandes incêndios” de outubro de 2017 e que fustigaram grande parte do território do distrito de Viseu, pois no período em análise, de aproximadamente cinco meses, o número de artigos publicados acerca da temática é significativo, reforçando a ideia proposta por Carlos Camponez (2012) de que a proximidade predomina como valor-notícia.

Esta mesma noção de proximidade sai reforçada quando analisadas as fontes de informação que o jornal utilizou na construção dos seus artigos noticiosos. Logo no início do novo milénio o mesmo autor defendia que existe também um critério de proximidade em relação aos agentes e instituições locais usados como fontes de informação. O estudo que aqui se realizou está em linha com esta tendência: as fontes são sobretudo oficiais e ligadas ao poder local, nomeadamente autarquias locais, como câmaras municipais (em maior número) e juntas de freguesia. A especificidade da temática em análise, os incêndios rurais, permitiu detalhar ainda que, quando não oficiais, as fontes profissionais estão vinculadas à comunidade local, às corporações de bombeiros e à proteção civil municipal. Contudo, sente-se a falta da voz das populações e das comunidades locais enquanto fonte de notícia, conforme detalharemos mais adiante.

Ainda neste campo, importa referir que o meio de comunicação social em análise parece seguir a tendência recomendada pelo regulador português do setor, a ERC, quando sugere que sejam privilegiadas, em caso de relatos de incêndios florestais e outras calamidades, as fontes oficiais de informação. Pereiro et al. (2018) alertavam para a falta de contextualização adequada provocada pelo excessivo uso de fontes oficiais em detrimento de fontes especializadas ou científicas. Um aspeto a ter em conta também nesta pesquisa, que mostra que, à exceção das corporações de bombeiros e associações humanitárias, não houve recurso a fontes especializadas na criação de artigos informativos acerca dos incêndios de outubro de 2017.

Na abordagem à temática dos incêndios, Silva et al. (2019) mostram que os incêndios são um acontecimento em que as pessoas comuns têm maior visibilidade, referindo-se ao uso do comum cidadão como fonte de informação. Não obstante, esta pesquisa mostra uma tendência ligeiramente diferente, pois em 98 artigos e num total de 151 fontes de informação humanas utilizadas, apenas 15 foram cidadãos comuns, indivíduos das comunidades locais. Assim, pode assumir-se que o Jornal do Centro deu voz aos cidadãos, sobretudo expressando os seus desejos e vontades na reconstrução dos bens materiais perdidos e nas medidas de proteção a adotar no futuro, bem como as críticas e argumentos sobre os mais diversos assuntos relacionados com incêndios rurais, mas não de forma significativa.

Por outro lado, a quantidade substancial de fontes locais utilizadas (ainda que maioritariamente oficiais) deixa claro que este periódico acaba por ter na região algum destaque, sendo um meio próximo das comunidades que, nesta área temática, mostra um relacionamento próximo com as autarquias locais, as corporações de bombeiros e as forças de segurança, o que lhe permite rapidez no acesso à informação.

Uma outra possível explicação para a pequena percentagem de cidadãos que surgem como fontes de informação nestes 98 artigos analisados (9,5 %) pode assentar no facto de o Jornal do Centro não ter procurado explorar tanto a dimensão trágica deste fenómeno, provavelmente como forma de proteger as comunidades. A sua base esteve, como referido anteriormente, nas oficiais (mais de 50 %) e a grande maioria foram presidentes de autarquias, que deram os factos e que descreveram a realidade, permitindo assim construir um registo informativo mais sério, distanciado e eticamente correto. Na grande maioria das situações são os próprios presidentes de câmara que prestam declarações ao jornal, partilhando dados e registos da devastação ocorrida em cada concelho em específico.

Outra forma de ver este mesmo aspeto surge pela análise aos géneros jornalísticos adotados como estrutura de abordagem aos acontecimentos: um claro predomínio do formato notícia em detrimento da reportagem. Ainda que muitas das notícias tenham sido de grandes dimensões, algumas ocupando duas páginas ou mais do referido jornal, e recorrendo a um número significativo de fontes, não implicaram a deslocação ao terreno, a descrição do acontecimento pelo(a) jornalista e o contacto direto com a comunidade implicada na crise em questão. É a reportagem que implica uma deslocação ao terreno e a audição direta da fonte de informação, privilegiando as estórias das comunidades locais e, consequentemente, dando-lhes voz através dos *media*. Houve pouco espaço para a reportagem que, em conjunto com a forte opção pelas fontes oficiais, quebrou a dinâmica que se pretende que exista entre um jornal local ou regional e as comunidades, fortalecendo e promovendo a democracia, permitindo que as populações e entidades falem abertamente de aspetos positivos e negativos que foram encontrando em todo o processo de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Contudo, em todo o caso, não pode também dizer-se que tenha sido inexistente. Por isso, repare-se que nas primeiras edições analisadas (de 20 de outubro a 17 de novembro de 2017) o teor das notícias era claramente negativo centrando-se nas perdas e danos advindos dos incêndios, reforçando a ideia de Pereira et al. (2018) de que a cobertura noticiosa é quase sempre sensacionalista e centrada nas consequências negativas imediatas (como aqui aconteceu numa primeira fase), mas nas edições seguintes essa negatividade teve tendência a abrandar e quando ocorre um novo pico informativo o teor já foi mais positivo e os artigos dão conta da resiliência e vontade em ultrapassar o que se viveu. É também nesta segunda fase de cobertura mais intensa que surge o maior número de fontes não oficiais, nomeadamente associações empresariais (a darem voz aos empresários afetados pelos incêndios), associações de apoio às vítimas dos incêndios, entre outras.

Com esta análise percebe-se também que os jornais locais, tal como os jornais nacionais, pautam as suas abordagens e perspetivas pela negatividade em relação a este assunto e talvez por isso as primeiras publicações estejam claramente agarradas a um teor muito negativo. A comunidade, quando ouvida, é em relação às suas perdas e à sua dor reforçando o ponto de vista de Pereira, Dominguez & Lozano (2018) quando referem que, em maior ou menor proporção, todos os jornais acabam por se centram nas histórias humanas na primeira pessoa e que inevitavelmente enfatizam mais o seu sofrimento.

Ainda que ténue, numa fase posterior os artigos noticiosos analisados mostram uma tendência positiva ou neutra, alinhando por temáticas como a reflorestação, campanhas de angariação de fundos de apoio às vítimas, constituição de equipas de prevenção de incêndios e de limpeza das florestas, ou seja, apostando na divulgação de informação e conhecimentos de prevenção que já vão ao encontro daquilo que os mesmos autores chamam de “importante função de serviço público em situações de emergência como são os incêndios” (2018, p. 211).

Quando se olha a panorâmica dos meios de comunicação social no distrito de Viseu percebe-se, tendo como base o estudo que Jerónimo et al. (2022) concretizaram acerca dos desertos de notícias em Portugal, que se trata de um distrito ameaçado, pois um terço dos seus concelhos está em algum tipo de deserto de notícias. Seis concelhos não têm meios noticiosos frequentes, dois concelhos possuem apenas meios impressos menos frequentes e são considerados semidesertos, e oito concelhos estão ameaçados. Ora, cruzando este estudo com a análise aqui concretizada, evidencia-se que dos nove municípios mais atingidos pelos incêndios (Viseu, Vouzela, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela, Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua e Nelas) apenas Mangualde, Tondela e Viseu estão fora de zonas de deserto de notícias ou zonas ameaçadas. Santa Comba Dão e Oliveira de Frades estão em deserto de notícias, ou seja, não têm qualquer órgão de comunicação social local, e Mortágua, Carregal do Sal e Nelas são considerados concelhos ameaçados, uma vez que têm apenas um meio local.

Primeiro, esta ausência de cobertura mediática justifica que o Jornal do Centro, com sede em Viseu, estenda a sua cobertura até zonas mais afastadas da sede de distrito, no entanto diminuindo à medida que esses concelhos ficam mais afastados (geograficamente) do jornal. Segundo, estas zonas mais afastadas implicam deslocações maiores e mais demoradas, um aumento de despesas e de necessidade de recursos humanos que, para órgãos de comunicação social locais, no contexto português, se torna um desafio grande. De acordo com Midões & Martins (2023), os *media* locais portugueses atravessam dificuldades extremas centradas na falta de recursos humanos que permitam sair em reportagem e

realizar a cobertura de eventos locais, seguindo, em várias situações, a agenda nacional, replicando artigos e assuntos que espelham o que foi noticiado pelos *media* nacionais. Estes constrangimentos organizacionais confirmam “as dificuldades dentro das redações dos *media*, que enfrentam cortes financeiros e de recursos humanos causadas pela pressão do modelo empresarial dos *media*, o declínio no número de leitores e a quebra nas receitas publicitárias” (2023, p. 174).

Assim, no quadro deste estudo, Vouzela e Oliveira de Frades são os municípios com maior registo de artigos publicados, 20 cada. Por outro lado, os municípios menos abordados são os de Nelas e Mortágua, com 7 artigos cada um. Não são municípios pequenos em termos territoriais, mas são os mais afastados de Viseu e do jornal, fazendo fronteira com outros distritos (nomeadamente Coimbra e Aveiro) e esse pode ser um dos motivos pelos quais a cobertura noticiosa destes não foi tão intensa. Os municípios de Carregal do Sal e Tondela foram abordados em 11 registos informativos cada um e o de Santa Comba Dão alvo de 12 artigos. Todos têm parques industriais que foram afetados e em ambos houve vítimas mortais a registar.

## 7. Conclusões

Este estudo de caso descritivo e exploratório permite retirar evidências pertinentes acerca da rotina produtiva dos *media* locais em situações de crise, como é o caso dos incêndios rurais. A análise às edições do Jornal do Centro, de Viseu (Portugal) mostra que, perante uma catástrofe deste género, a cobertura inicial é intensiva, perdendo depois fôlego ao longo do tempo, tal como se passa com os *media* de âmbito nacional.

Seguindo na intenção de perceber como este jornal fez a cobertura dos grandes incêndios de outubro de 2017, consegue-se compreender que, numa primeira fase, também a abordagem se centra no lado negativo, na catástrofe, destruição e sensacionalismo da(s) estória(s), sublinhando o uso do valor-notícia *bad news are good news* (Wolf, 2006). Posteriormente, a índole muda consideravelmente focando-se na procura de soluções para o problema das comunidades e na cobertura de iniciativas que conduzam à aposta na prevenção e literacia da população acerca dos incêndios rurais.

Quanto ao género jornalístico mais utilizado, fica evidente que existe uma preferência clara pela notícia, ainda que de grandes dimensões em muitos casos, privilegiando a fonte única, sem contraponto ou cruzamento de informações, por ser também em termos de rotina produtiva mais fácil, acessível e económica de concretizar. A reportagem implica mais meios económicos, humanos e de tempo, daí que não tenha grande expressividade mesmo em situações de calamidade como foram os incêndios de 2017.

Os parágrafos anteriores permitem-nos constatar também que estamos perante aquilo que Neveu (2006) apelida de “jornalismo sentado”, concretizado à distância, feito a partir de contactos telefónicos e apoiado por comunicados de imprensa, sem uma confirmação direta da informação no local por parte do(a) jornalista. Uma situação que é provocada pela falta de recursos humanos e financeiros para concretizar uma cobertura jornalística pautada por uma maior proximidade (Midões & Martins, 2023).

Tendo em conta que outro dos objetivos deste estudo consistia em indagar como a comunidade era ouvida enquanto fonte de informação, se estava representada ou não nos artigos noticiosos, constata-se que ainda que a voz do comum cidadão esteja presente nas páginas dos jornais, são as fontes

oficiais que detêm a maior parte da atenção, nomeadamente aquelas que estão ligadas ao poder local, como as autarquias, e também as fontes relacionadas com os bombeiros (neste estudo identificadas como Profissionais 1), quer ao nível do comando, quer da direção das associações humanitárias.

Ainda que careça de um estudo mais aprofundado acerca desta questão, percebe-se que existe trabalho no sentido de conferir à população informação de prevenção para situações futuras deste género, que lhe permita estar alerta e informada para situações deste tipo.

### **Declaração sobre a contribuição específica de cada um dos autores, segundo a taxonomía CrediT**

- Conceção e âmbito do trabalho: Autor 1, 2, 3 e 4
- Tratamento dos dados: Autor 1, 2, 3 e 4
- Análise formal: Autor 1 e 2
- Aquisição de fundos: Não se aplica
- Investigação: Autor 1, 2, e 3
- Metodologia: Autor 1, 2 e 3
- Administração do projeto: Autor 1 e 2
- Recursos: Não se aplica
- Software: Não se aplica
- Supervisão: Autor 1 e 2
- Visualização: Autor 1, 2 e 3
- Redação: Autor 1, 2 e 3

### **Biografias dos autores**

**Miguel Midões** é Professor Adjunto no Departamento de Comunicação e Arte, da Escola Superior de Educação, no Instituto Politécnico de Viseu. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, tendo realizado o primeiro mapeamento das rádios comunitárias portuguesas. Mestre em Ciências da Comunicação pela UTAD, com Título de Especialista em Jornalismo e Reportagem conferido pelo Politécnico de Viseu. Licenciado em Comunicação Social pelo Politécnico de Coimbra. Investigador integrado do CECS – Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Jornalista (CPJ 4707A) desde 2004, nos últimos dez anos ligado à TSF Rádio Notícias (2014–2023). Presidente do REC – Repórteres em Construção, membro da direção da Associação de Literacia para os Media e Jornalismo. As suas linhas de investigação centram-se no jornalismo de proximidade, áudio (rádio e podcast) e literacia mediática.

**Ana Isabel Reis** é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Doutorada em Ciências da Comunicação, com especialização em Estudos Jornalísticos, pela Universidade do Minho. Investigadora nas áreas de jornalismo radiofónico, história da rádio e podcast. Foi jornalista de rádio.

**Filipa Rodrigues Pereira** é Professora Adjunta no Departamento de Comunicação e Arte da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, responsável por unidades curriculares

direcionadas para a área do desenho vetorial, infografia e também audiovisual. Doutorada em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais; Mestre em Comunicação Multimédia ramo de Audiovisual Digital e licenciada em Comunicação Social. É Investigadora no CI&DEI – Centro de Estudos em Educação e Inovação.

**Raquel Torres Guerra** é doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade da Beira Interior. Mestre em Comunicação Aplicada, ramo de Comunicação Estratégica na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu. Licenciada em Comunicação Social pela Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu. Bolseira de investigação no projeto Forest FM, financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia). Tem desenvolvido estudos na área da educomunicação e das rádios comunitárias e é ainda colaboradora voluntária na Rádio Freguesia de Belém, uma rádio de cariz comunitário.

## Referências Bibliográficas

- Camponez, C. (2012). Jornalismo Regional: Proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. Em J.C. Correia (Ed.), *Ágora. Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 35-48). Labcom.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade: Rituais de Comunicação na Imprensa Regional*. Minerva Coimbra.
- Cordner, A., & Schwartz, E. (2019). Covering Wildfires: Media Emphasis and Silence after the Carlton and Okanogan Complex Wildfires. *Society & Natural Resources*, 32(5), 489-507. <https://doi.org/10.1080/08941920.2018.1530816>
- Dieng, P. (2013). Radio Communautaires, espace public et développement local: enjeux et contraintes au Sénégal. *Revue Electronique Internationale de Sciences du Langage – Sudlangues*, (19), 43-67.
- Fabra-Crespo, M., & Rojas-Briales, E. (2015) Analysis of mass media news on forest issues: a case study of Spain. *Forest Systems*, 24(2), e029. <http://dx.doi.org/10.5424/fs/2015242-06381>
- Gonçalves, A. (2020). A adaptação da imprensa regional aos dispositivos móveis. In P. Jerónimo & J.C. Correia, *O pulsar da proximidade nos media e no jornalismo* (pp. 83-101). Labcom.
- Jerónimo, P., Ramos, G., & Torre, L. (2022). Deserto de Notícias Europa 2022 – Relatório de Portugal. MediaTrust.Lab. Labcom.
- Jiménez-Martínez, C. (2014), Disasters as Media Events: The Rescue of the Chilean Miners on National and Global Television. *International Journal of Communication*, 8(1), 1807-1830
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatorio Journal*, 10(4), 180-191.
- Lyuba, Y.F. (2013). Desafíos Éticos de la Cobertura Televisiva de un Hecho Traumático. *Cuadernos.info*, (32), 39-46. <https://dx.doi.org/10.7764/cdi.32.494>
- Mercer, D., & Primbrey, D. (2004). Vigilant Geography: Newspaper Coverage of a Wildfire at the Hanford Nuclear Site. *Environmental Practice*, 6(3), 247-256. <https://doi.org/10.1017/S1466046604000390>
- Midões, M. (2021). O terceiro setor da radiodifusão em Portugal: mapeamento e caracterização das rádios comunitárias [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra].
- Midões, M., & Martins, J. (2020). As Fontes de Informação na Imprensa Local durante a Pandemia da COVID19: O Caso do Jornal da Bairrada. *Revista Comunicando*, 9(1), 57-79.



- Midões, M., & Martins, J. (2023). Local Journalism: How the War in Ukraine Imposed Itself on the Production Routine of the Local Press. *Journalism and Media*, (4), 162-176. <https://doi.org/10.3390/journalmedia4010012>
- Neveu, E. (2006). *Sociologia do jornalismo*. Loyola.
- Pantti, M., & Wahl-Jorgensen, K. (2011). 'Not an act of God': anger and citizenship in press coverage of British man-made disasters. *Media Culture & Society* 33(1), 105-122. <https://doi.org/10.1177/0163443710385503>
- Pereiro, M., Chaparro Dominguez, M.A., & Díaz del Campo Lozano, J. (2018). La cobertura periodística de los incendios de Galicia y Portugal de octubre de 2017: un análisis de la información de emergencia de diarios portugueses, españoles y gallegos. *Estudos em Comunicação*, 26(1), 197-213. <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/351>
- Silva, M.T., Baptista, C., & Sousa, J.P. (2019). Ética periodística en la cobertura mediática del incendio de Pedrógão Grande (Portugal) el verano de 2017. En M. Franz Amaral & C. Lozano Ascencio (coords.), *Periodismo y desastres. Múltiples miradas* (pp. 81-98). Publicaciones InCom-UAB / Editorial UOC.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença.
- Yin, R. (2003). *Estudo de Caso: planeamento e métodos*. Bookman.